

Vidas Poupadas

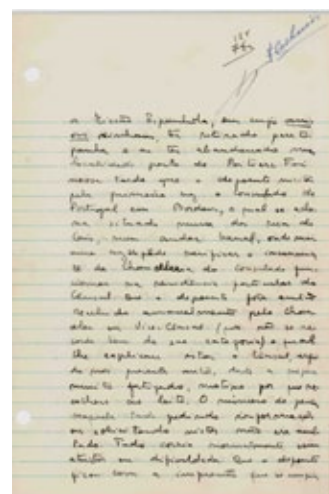
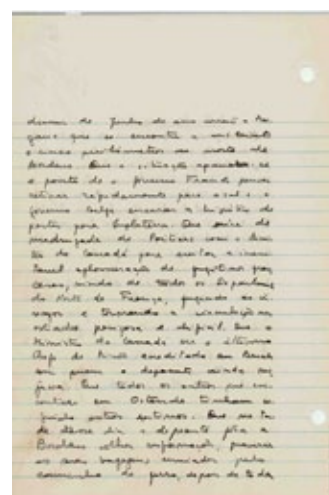
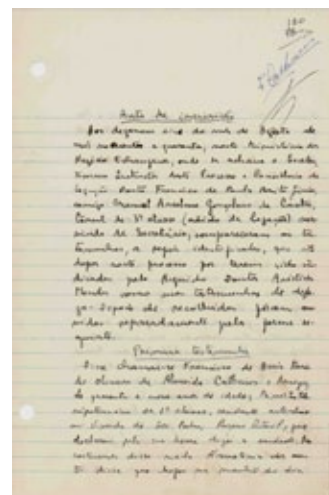
A acção de três diplomatas portugueses na II Guerra Mundial

19 Ago. 1940

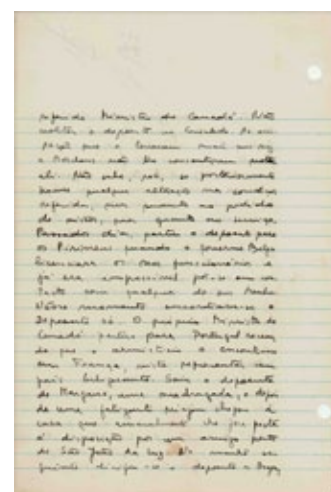
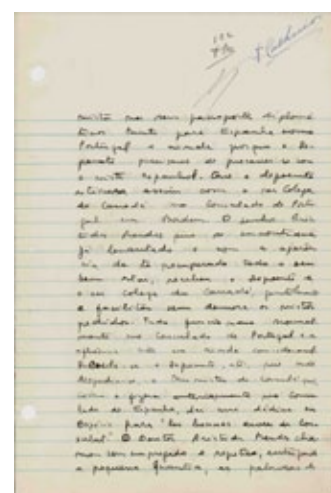
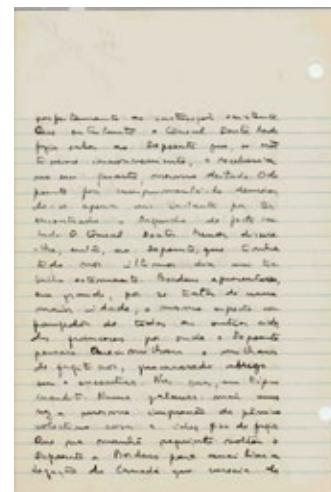
Depoimento da testemunha de defesa Francisco de Calheiros e Menezes no processo disciplinar de Aristides de Sousa Mendes, descrevendo o êxodo dos milhares de pessoas em fuga da invasão alemã e tecendo considerações sobre a força moral necessária para um funcionário cumprir as ordens em lugar de ouvir os apelos das vítimas.

(AHD - Processo Disciplinar de Aristides de Sousa Mendes)

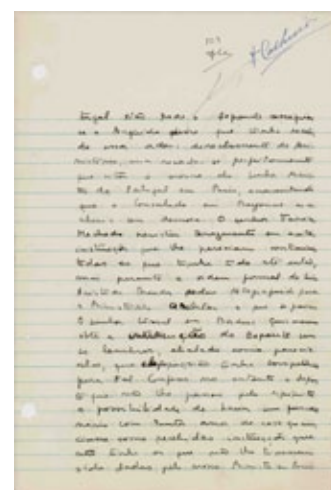
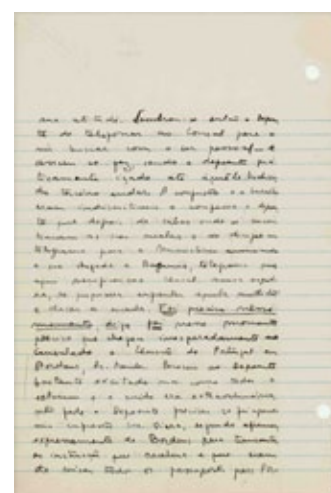
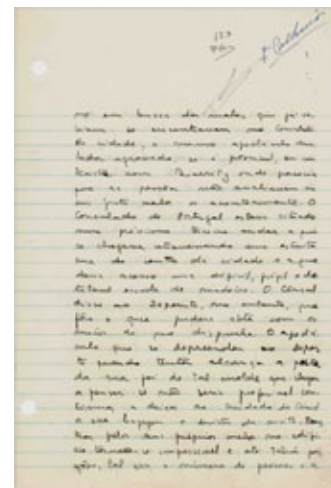
...À matéria dos autos disse que chegou na manhã do dia dezasseis de Junho do ano corrente a Margaux que se encontra a uns vinte e cinco quilómetros ao norte de Bordéus. Que a situação se agravara a ponto de o Governo francês pensar retirar rapidamente para o sul e o Governo belga encarar a hipótese de partir para Inglaterra. Que saíra de madrugada de Poitiers com o Ministro do Canadá para evitar a inevitável aglomeração de fugitivos franceses, vindos de todos os departamentos do norte de França, fugindo ao invasor e tornando a circulação nas estradas perigosa e difícil. Que o Ministro do Canadá era o último chefe de missão acreditado em Bruxelas com quem o depoente ainda viajava. Que todos os outros que encontrara em Ostende tinham seguido outros destinos. Que na tarde desse dia o depoente fora a Bordéus colher informações, procurar as suas bagagens enviadas pelo caminho-de-ferro, depois de toda a missão Espanhola, em cujo camião vinham, ter retirado para Espanha e as ter abandonado numa localidade perto de Poitiers. Foi nessa tarde que o depoente visitou pela primeira vez o consulado de Portugal em Bordéus, o qual se achava situado numa das ruas do cais, num andar banal, onde mais uma vez ele pôde verificar o inconveniente da chancelaria do consulado funcionar na residência do Cônsul. Que o depoente fora então recebido amavelmente pelo chanceler ou Vice-Cônsul (que não se recorda bem da sua categoria) o qual lhe explicara estar o Cônsul arguido nos presentes autos, desde a véspera muito fatigado, motivo por que se recolhera ao leito. O número de pessoas naquela tarde pedindo informações ou solicitando vistos não era avultado. Tudo corria normalmente sem atritos ou dificuldades. Que o depoente ficou com a impressão que se cumpriam perfeitamente as instruções existentes. Que entretanto o Cônsul Doutor Mendes fazia saber ao depoente que se não tivesse inconveniente, o receberia no seu quarto, mesmo deitado. O depoente fora cumprimentá-lo demorando-se apenas uns instantes por ter encontrado o arguido de facto cansado. O Cônsul Doutor Mendes dissera, então, ao depoente, que tinha tido nos últimos dias um trabalho extenuante. Bordéus apresentara, em grande parte, por se tratar de uma cidade maior, o mesmo aspecto confrangedor de todas as outras cidades francesas por onde o depoente passara. Que havia milhares e milhares de fugitivos, procurando abrigo sem o encontrar. Nas ruas, um tráfico inaudito. Numa palavra: mais uma vez a mesma impressão de pânico colectivo com a ideia fixa de fugir. Que na manhã seguinte voltou o depoente a



Bordéus para auxiliar a Legação do Canadá que carecia de vistos nos seus passaportes diplomáticos tanto para Espanha como para Portugal e ainda porque o depoente precisava de precaver-se com o visto espanhol. Que o depoente estivera assim com o seu colega do Canadá no consulado de Portugal em Bordéus. O Senhor Aristides Mendes que se encontrava já levantado e com a aparência de ter recuperado todo o seu bem-estar, recebeu gentilmente o depoente e seu colega do Canadá e facilitou sem demora os vistos pedidos. Tudo funcionava normalmente no consulado de Portugal e a afluência não era ainda considerável. Recorda-se o depoente, até, que ao despedir-se o Ministro do Canadá quis, como fizera no consulado de Espanha, dar uma dádiva em espécie para "les bonnes oeuvres du consulat". O Doutor Aristides Mendes chamou um empregado e repetira, entregando a pequena quantia, as palavras do referido Ministro do Canadá. Não voltou o depoente ao consulado. As ocupações que o levaram mais uma vez a Bordéus não lhe consentiram voltar ali. Não sabe, pois, se posteriormente houve qualquer alteração nas condições referidas, quer quanto ao pedido de vistos, quer quanto ao serviço. Passados dias, partiu o depoente para os Pirenéus quando o Governo Belga licenciara os seus funcionários e já era impossível pôr-se em contacto com qualquer dos seus membros. Neste momento encontrava-se o depoente só. O próprio Ministro do Canadá partira para Portugal receando que o armistício o encontrasse em França, visto representar um país beligerante. Saiu o depoente de Margaux, numa madrugada, e depois de uma fatigante viagem chegou à casa que amavelmente lhe fora posta à disposição por um amigo perto de São João da Luz. Na manhã seguinte dirigiu-se o depoente a Bayonne em busca das malas, que já sabia, se encontravam no consulado. Na cidade, o mesmo espectáculo desolador agravado, se é possível, em contraste com Biarritz onde parecia que as pessoas não avaliavam no seu justo valor os acontecimentos. O consulado de Portugal estava situado num péssimo terceiro andar a que se chegava atravessando uma estreita rua do centro da cidade e a que dava acesso uma difícil, frágil e detestável escada de madeira. O Cônsul disse ao depoente, no entanto, que fora o que pudera obter com os meios de que dispunha. O espectáculo que se depreendeu ao depoente quando tentou alcançar a porta da rua foi de tal molde que chegou a pensar se não seria preferível continuar a deixar ao cuidado do Cônsul a sua bagagem e desistir da visita. Penetrar pelos seus próprios meios no edifício tornava-se impossível e até perigoso, tal era o número de pessoas e a sua atitude. Lembrou-se então o depoente de telefonar ao Cônsul para o vir buscar com o seu pessoal, e assim se fez, sendo o depoente praticamente içado até àquele hediondo terceiro andar. A confusão e o barulho eram indescritíveis e confessa o depoente que depois de saber onde se encontravam as suas malas e de dirigir um telegrama para o ministério anunciando a sua chegada a Bayonne, telegrama que aqui verificou que o Cônsul nunca expediu, se propusera enfrentar aquela multidão e descer a escada. Foi nesse momento preciso que chegou o Cônsul de Portugal em Bordéus,



Dr. Mendes, que pareceu ao depoente bastante excitado mas como todos o estavam e o ruído era extraordinário, não pôde o depoente precisar se foi apenas uma impressão sua. Viera, segundo afirmou expressamente de Bordéus para transmitir as instruções que recebera e que eram de visar todos os passaportes para Portugal. Não pôde o depoente assegurar-se se o arguido disse que tinha recebido essas ordens directamente do Ministério, mas recorda-se perfeitamente que citou o nome do Senhor Ministro de Portugal em Paris, acrescentando que o consulado em Bayonne as receberia sem demora. O Senhor Faria Machado resistiu tenazmente em aceitar instruções que lhe pareciam contrariar todas as que tinha tido até então, mas perante a ordem formal do Senhor Aristides Mendes cedeu telegrafando para o Ministério. A relatar o que se passou, o Senhor Cônsul em Bordéus, quis mesmo obter a intervenção do depoente sem se lembrar, abalado como parecia estar, que ele, depoente, não tinha competência para tal. Confessa no entanto o depoente que não lhe passou pelo espírito a possibilidade de haver um funcionário com tantos anos de casa que anunciasse como recebidas instruções que não tinha, ou que não lhe tivessem sido dadas pelo nosso Ministro em Paris. O depoente julgou firmemente que eram verídicas e que, por razões que desconhecia, se permitia a entrada em Portugal de refugiados até nova ordem. A deslocação desde Bordéus, a mais de duzentos quilómetros de distância, com um regresso difícil e perigoso até, para vir a Bayonne dar tais instruções, confirmava mais ainda a convicção do depoente. Nunca mais voltou o depoente ao consulado em Bayonne, muitas foi, porém, a casa do Senhor Faria Machado em Anglet. Não voltou o depoente a ver o Doutor Aristides Mendes nem então nem posteriormente. São estes, com toda a exactidão, os factos tais como o depoente os presenciou. Tendo sido dado conhecimento ao depoente do teor da contestação do arguido, a fls. 101 e seguintes dos autos, do qual consta a afirmação de que ele, arguido, fizera em Bayonne uma proposta ao Senhor Faria Machado que fora aceite por este e homologada pelo depoente, bem como que o depoente "passara ele próprio a visar passaportes", tem o depoente a declarar que não houve qualquer proposta mas, como ficou dito, ordem formal do Senhor Doutor Aristides Mendes ao Cônsul Faria Machado para visar todos os passaportes para Portugal. Aliás, ainda que tal proposta houvesse sido efectivada, e não o foi, ele depoente não teria competência para homologar vistos a serem acreditados junto do Governo Belga e não junto das autoridades Francesas. Que é também destituído de fundamento que o depoente tivesse visado nesse consulado quaisquer passaportes, como é fácil de provar. A este depoimento julga o depoente dever juntar algumas poucas considerações a que é levado pela circunstância de o arguido Dr. Sousa Mendes o indicar como testemunha de defesa. Não voltou o depoente a avistar-se com o Senhor Cônsul de Bordéus, como atrás ficou dito, mas supõe que no espírito do arguido está a ideia de que o depoente, talvez melhor do que qualquer outra pessoa deste Ministério, possa avaliar o que terá sido o seu calvário, assediado como deve ter sido pelas



inúmeras pessoas que lhe imploravam piedade e protecção. Não tenta o depoente desculpar qualquer falta ou prevaricação se as houve; pretende apenas explicar a si mesmo a que se deveu a conduta do arguido. Sabe bem o depoente que um funcionário não tem que ser humano quando se trate de cumprir ordens, seja de que natureza forem. Mas nem todos possuem idêntica resistência moral que lhes permita enfrentar situações como as que o depoente e arguido sofreram. Assistiu o depoente desde o início, e dia-a-dia, até à tragédia imensa da invasão, começada no dia 10 de Maio para findar quarenta e cinco dias depois na fronteira de Espanha. Pode o depoente garantir que para resistir às súplicas e imploração de tantos desgraçados apavorados com a aproximação do invasor e ao justo medo do campo de concentração, ou pior ainda, do fuzilamento, se requeria uma coragem pouco banal. Não eram casos isolados num meio tranquilo. Eram milhares de pessoas angustiadas que haviam sido metralhadas ou bombardeadas na fuga, em cidades por sua vez sujeitas diariamente aos raids e alertas aéreos. O pânico é contagioso até fisicamente, e desde que o depoente saiu de Bruxelas, e mesmo ali desde o primeiro dia de bombardeamento, não viu o depoente senão pessoas a quem faltava inteiramente a serenidade. Primeiro os belgas: políticos, diplomatas, autoridades civis e militares; depois os franceses. Todos dominados pelos acontecimentos e incapazes de reagirem ou imporem qualquer disciplina ou simulacro de ordem. Explicar-se-ia de outro modo a fuga desordenada de dois milhões e meio de belgas através das estradas do seu país e das de França, embaraçando a passagem das tropas, dificultando o abastecimento das populações civis, e deixando as cidades e vilas por onde passavam sem quasi alimentos ou gasolina? Já neste depoimento o seu autor o disse, só uma ideia existia e dominava tudo: a fuga. Mantiveram-se talvez melhor de começo as autoridades francesas; havia certamente mais serenidade. Mas depois da tomada de Paris e do avanço sobre o Loire o espectáculo foi idêntico, ou mais alarmante ainda, porque o território para fugir diminuía pouco a pouco. Eram então franceses os que fugiam, e apesar dos apelos e até das ordens do Governo para que pessoa alguma abandonasse as localidades onde se encontrava, ninguém obedeceu. A fuga continuou a ser o objectivo único. É neste ambiente, afigura-se ao depoente, que tem de ser vista e julgada a atitude do arguido. Outros, talvez menos impressionáveis ou mais fortes física ou moralmente, teriam possivelmente suportado a tormenta e resistido às súplicas veementes e angustiosas que sofressem. Crê o depoente que o Cônsul em Bordéus se deixou dominar, como tantos outros, pelo horror da tragédia a que assistia. E mais não disse e, lido o seu depoimento, o achou conforme e o vai assinar com o Excelentíssimo Instrutor e comigo, Manuel Anselmo, Cônsul de 3ª classe, servindo de secretário que o escrevi.

